



Tribo vai ocupar 5,3 mil hectares e fazendeiros terão que sair

Demarcação de terra dos Maxakali acaba conflito

BERTÓPOLIS - A demarcação oficial pelo presidente Fernando Henrique Cardoso do território Maxakali e a retirada dos 11 fazendeiros que ocupam o corredor de 1,8 mil hectares dos 5,3 mil hectares pertencentes aos índios, põem fim a um conflito de mais de 50 anos. A trajetória da Fundação Nacional do Índio (Funai), para conseguir as terras de volta, mesmo com o uso de todos os procedimentos legais, é marcada por sangue. Muitos índios foram vítimas de emboscadas e armadilhas fabricadas por pistoleiros à mando destes fazendeiros durante a luta pela terra.

A homologação da demarcação administrativa das terras foi assinada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, no último dia 2. A Funai aguarda apenas a remessa dos documentos para fazer a escritura da propriedade dos Maxakali

em cartório e o registro no Serviço de Patrimônio da União. As terras dos Maxakalis, onde vivem cerca de 800 índios, estão localizadas em Bertópolis, município do Vale do Mucuri.

Há meio século, a área é disputada por índios e fazendeiros. Depois de contestarem judicialmente os levantamentos fundiários e as demarcações da Funai, os fazendeiros que já tiveram suas reclamações consideradas improcedentes pelo ministro da Justiça Nelson Jobim, terão que desocupar a reserva Maxakali. Os fazendeiros serão indenizados pelas benfeitorias construídas na área ocupada.

Os índios Maxakali ainda não receberam a notícia da unificação das aldeias, mas quando isso acontecer. O processo de levantamento fundiário da reserva Maxakali, foi iniciado em 1988 pela Funai.

Titulação do Estado é ilegal

BERTÓPOLIS - Os 11 fazendeiros que ocupam a faixa intermediária de terras que divide as áreas indígenas Maxakali das aldeias Água Boa e Aldeia Velha do Pradinho, se respaldavam em títulos oficiais que lhe asseguravam a permanência na área. Estes documentos teriam sido fornecidos pela Ruralminas e pelo Governo do Estado, contrariando a Portaria 317 de 18 de agosto de 1993, do Ministério da Justiça, que reconhece a posse dos Maxakali sobre ela.

Ao realizarem o levantamento fundiário desta região, os técnicos da Funai e do Incra em 1988, concluíram que a titulação executada pelo Estado é ilegal. A argumentação apresentada se fundava no fato de que mesmo que os títulos fossem anteriores à Constituição de 1934, não teriam validade ainda que registrados porque os terrenos ocupados pelos índios não eram devolutos e por isso, não pertenciam ao Estado de Minas Gerais. Além disso, segundo um dossiê sobre a

questão fundiária e o direito à terra Maxakali, mesmo que os índios tivessem saído da área, esta retornaria ao domínio da União e não do Estado.

Acusados de roubar o gado e assaltar as casas durante o percurso, os índios passaram a ser vítimas de emboscadas e armadilhas. Três fazendeiros, segundo o juiz de Águas Formosas, Orlando Aragão, foram responsáveis pelos conflitos. Entre eles está "Nego Capixaba", apontado pelos índios como autor do último atentado, ocorrido em 17 de fevereiro deste ano. Um segundo motivo para o conflito está a falta de água. Separada pelas propriedades dos invasores, as duas aldeias, localizadas às margens do rio Itanhaém, eram proibidas de fazer uso do curso de água.

Através da "Campanha Internacional pela Regularização do Território Maxakali", muitas entidades que trabalhavam com a causa, sensibilizaram a opinião pública.